

INTRODUÇÃO

1.Objecto do trabalho

O presente trabalho tem por objecto o estudo das relações luso-americanas no período da transição democrática portuguesa, ou seja, desde o golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974 até à tomada de posse do I Governo Constitucional a 23 de Julho de 1976.

O seu principal objectivo consiste em compreender a política dos Estados Unidos para Portugal durante o processo em apreço e avaliar o seu impacto no resultado final da passagem do regime autoritário para a democracia no País.

A escolha do tema surge na sequência do crescente interesse pela problemática das transições para a democracia entre a comunidade académica nacional e internacional e da percepção de que o caso português se encontra ainda insuficientemente estudado, muito em especial no que diz respeito à influência da dimensão externa nos seus principais desenvolvimentos, aspecto sobre o qual praticamente não existem trabalhos monográficos.

A opção pelos EUA de entre os múltiplos actores exógenos formais e informais que intervieram no processo político iniciado pelo golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974 justifica-se pelo facto de, na lógica do sistema internacional, a política externa norte-americana ter reflexos preponderantes nos principais acontecimentos mundiais, muito em particular nos ocorridos no Ocidente, zona de inserção de Portugal.

A mudança de regime em Lisboa desenvolveu-se em plena “guerra fria”, ou seja, no quadro do sistema bipolar que dividiu o mundo em dois blocos político-militares antagónicos, hegemonizados pelas únicas superpotências remanescentes - os Estados Unidos e a União Soviética. Nem mesmo a necessidade dos decisores de Washington e Moscovo responderem às oscilações na balança global de poder dos anos 1960 e 1970 através da redução da tensão no conflito central Leste-Oeste, fórmula que ficou conhecida por *détente*, alterou o ordenamento internacional que emergiu no pós-1945. Como referiu Raymond Garthoff, a *détente* consistiu numa fase do sistema da “guerra fria” e não numa alternativa a este». ¹

¹Raymond Garthoff, *Détente and Confrontation. American-Soviet Relations from Nixon to Reagan*, Washington D.C., The Brookings Institution, 1994, p.3

Ora, nesta equação bipolar, Portugal optou por se integrar na esfera de influência norte-americana. O primeiro passo nesse sentido foi dado ainda durante a Segunda Guerra Mundial através da assinatura de um acordo entre o Governo português e a Administração Roosevelt relativo ao estabelecimento de uma base naval e área americana nos Açores, datado de finais de 1944. Seguiram-se vários desenvolvimentos que acentuaram esta tendência: o convite para integrar a lista de países beneficiários do plano Marshall, em Julho de 1947; a adesão à NATO como membro fundador, a 4 de Abril de 1949; a assinatura do Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa que regulamentava o fornecimento de equipamento militar e a sedimentação de uma defesa integrada na área do Atlântico Norte, a 5 de Janeiro de 1951; finalmente, o Acordo de Defesa luso-americano, relativo aos Açores, através do qual as autoridades portuguesas se comprometiam a conceder a base do arquipélago aos EUA em caso de guerra, ao abrigo do Tratado do Atlântico Norte, além de ambos os governos concordarem na construção de novas instalações e na ampliação das existentes, assinado a 6 de Setembro do mesmo ano.

Acresce a estas realidades sistémicas o facto de o 25 de Abril se ter dado num contexto internacional que pela sua dinâmica ampliou o impacto externo do processo político português. Efectivamente, o golpe de Estado militar perpetrado pelo Movimento das Forças Armadas coincidiu com o que John Campbell chamou de “crises mediterrânicas”, cujo principal alcance estratégico era o do próprio controlo do Mediterrâneo pelo Ocidente.² Na frente oriental assistiu-se à crise de Chipre que envolveu num conflito militar directo dois membros da NATO, Grécia e Turquia, provocou a queda do governo grego dos coronéis, levou ao início de um processo de transição de regime em Atenas de resultado incerto e conduziu à decisão dos dirigentes helénicos de se retirarem do comando integrado da Organização de Defesa do Ocidente; para agravar, as relações entre Ancara e Washington deterioraram-se significativamente em consequência do embargo militar então imposto pelo Congresso norte-americano à Turquia. Já na frente ocidental assistiu-se ao fenómeno do “eurocomunismo” e do crescente peso eleitoral dos partidos comunistas em Itália e na França, com a possibilidade destes chegarem ao governo em coligação com os cristãos-democratas e os socialistas, respectivamente; ao mesmo tempo, Portugal iniciava a sua

²John Campbell, «The Mediterranean Crisis», *Foreign Affairs*, vol.53, n.º4, July 1975, pp.605-624

transição de regime e em Espanha o franquismo estava a chegar ao fim perante a incerteza do processo conducente à sua substituição.

Deste modo, o cenário de meados da década de 1970 punha em causa o controlo ocidental da região vital do Mediterrâneo e os desenvolvimentos portugueses agravavam este problema estratégico sério pois temia-se que a chegada do PCP ao Governo, primeiro, e a possibilidade de uma tomada do poder pelos comunistas em Lisboa, depois, contagiasse Paris e Roma, Atenas e Madrid. Os estrategos ocidentais começaram a encarar Portugal como a peça oscilante de uma nova “teoria do dominó” vermelho agora em plena Europa Meridional, o que fazia temer pelo esboroar do flanco sul da NATO.³

É assim no quadro da omnipresença da “guerra fria”, da inserção de Lisboa no bloco norte-americano e das especificidades do contexto internacional de meados da década de 1970 que se justifica o nosso pressuposto de partida, segundo o qual os Estados Unidos, enquanto potência hegemónica a Ocidente, tinham não só a capacidade, como o interesse, em desempenhar um papel preponderante no âmbito do desenlace do processo de transição para a democracia em Portugal.

Compete deixar claro que o nosso trabalho versa apenas sobre o papel desempenhado pelos EUA exclusivamente ao nível da questão da natureza do novo regime em construção em Lisboa. Isto é, interessa-nos apenas perceber de que modo, em que grau e com que resultados Washington interveio na luta entre aqueles que queriam um regime comunista alinhado com a URSS, os que pretendiam um socialismo de inspiração terceiro-mundista e os que propugnavam uma democracia representativa alinhada com o Ocidente.

Por este motivo, outras dimensões importantes da relação luso-americana entre 1974 e 1976 não são abordadas. É o caso muito particular da questão africana – que só por si justificava outra dissertação - cuja análise apenas se fará nos aspectos considerados com interferência directa na problemática central da luta pela natureza do novo regime político na Metrópole, o que de resto acontece em muitos momentos dada a interdependência inevitável entre estes dois vértices da chamada revolução portuguesa.

³Rainer Eisfeld, «Influências Externas sobre a Revolução Portuguesa: O Papel da Europa Ocidental», em Eduardo Sousa Ferreira e Walter C. Opello Jr., *Conflitos e Mudanças em Portugal: 1974-1984*, Lisboa, Teorema, 1985, p.83

Acresce que a opção por este enfoque externo exclui a análise aprofundada dos acontecimentos intrinsecamente internos pelo que não se deve esperar encontrar neste trabalho uma interpretação própria dos desenvolvimentos endógenos mais significativos, como por exemplo o 28 de Setembro, o 11 de Março ou o 25 de Novembro, ainda que os mesmos sejam naturalmente abordados.

2.Âmbito cronológico

Como já referimos consideramos que a transição democrática portuguesa se iniciou com o golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974 e ficou no essencial completa com a tomada de posse do I Governo Constitucional a 23 de Julho de 1976.

A opção pela primeira data parece-nos óbvia uma vez que a acção militar levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas no dia 25 de Abril assinalou o derrube do regime autoritário que governou o País durante cerca de 50 anos. Acresce que fê-lo por via do que Juan Linz e Alfred Stepan chamaram de uma *Ruptura*, à qual se seguiu uma dinâmica revolucionária, ambos concorrendo para a eliminação quase completa do *statu quo* anterior.⁴

Já a segunda data é menos consensual uma vez que para alguns autores o processo de transição para a democracia em Portugal só se completou com a revisão constitucional de 1982. Neste caso estão Linz e Stepan que consideram que uma transição está incompleta enquanto permanecerem elementos não democráticos na Constituição, como, na sua opinião, aconteceu no caso português dado o texto fundamental aprovado em Abril de 1976 contemplar «domínios reservados de poder», nomeadamente a existência do Conselho da Revolução, órgão de carácter militar não sujeito a eleição livre nem fiscalização, mas com extensos poderes que iam até a capacidade de elaborar leis com o mesmo valor hierárquico das emanadas da Assembleia da República. Assim, para eles, a mudança de regime em Lisboa só ficou completa em Agosto de 1982, altura em que se extinguiu o Conselho da Revolução e terminou a «tutela militar sobre o regime democrático».⁵

No nosso caso, optámos por considerar que a institucionalização da democracia portuguesa ficou no essencial completa com a eleição e a posse dos novos órgãos de soberania de carácter electivo, como sejam, a Assembleia da República, o Presidente da

⁴Juan Linz e Alfred Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996, p.119

⁵*Idem*, pp.123-24

República e o I Governo Constitucional, processo iniciado a 25 de Abril de 1976 e concluído a 23 de Julho do mesmo ano.

Apesar de termos definido este âmbito cronológico, considerámos importante proceder a alguns recuos e avanços temporais. Assim, abordámos os principais desenvolvimentos da agitação entre as Forças Armadas portuguesas, sobretudo a formação do MFA, ao longo do ano de 1973 e dos primeiros meses de 1974, tendo por escopo a forma como eles foram acompanhados pelas autoridades norte-americanas. De igual modo, acompanhámos a evolução de algumas questões fundamentais do relacionamento luso-americano durante o ano de 1977 dado que a origem das mesmas remontou ao nosso período de estudo.

3. Metodologia

A presente investigação de doutoramento, localizada na fronteira entre a História e as Relações Internacionais, situa-se no campo da história político-diplomática contemporânea.

Esta opção metodológica levou-nos a concentrar a análise nos aspectos políticos do relacionamento luso-americano entre 1974 e 1976, em detrimento das suas componentes económicas e sociais. Na linha do sustentado por Dankwart Rustow, considerou-se que nos processos de transição de regime são proeminentes as opções dos actores políticos, muito em especial das elites, sendo a democracia «o resultado da adopção consciente das regras e procedimentos por parte das elites políticas».⁶

Dentro dos aspectos político privilegiaram-se as relações intergovernamentais, todavia, dada a proliferação de centros de decisão em Portugal a seguir ao derrube do regime autoritário, não foram esquecidos os órgãos de poder militar, como a Comissão Coordenadora do Programa do MFA, o Conselho dos Vinte, a Assembleia do MFA e o Conselho da Revolução.

Importa ainda sublinhar que a natureza revolucionária do processo político português, inaugurada pela explosão social a seguir ao Primeiro de Maio de 1974, obrigou a uma referência aos assuntos económico-sociais.

Adicionalmente, o enfoque na vertente de política externa permitiu-nos delimitar o material utilizado durante esta investigação, privilegiando-se as fontes diplomáticas norte-americanas e portuguesas. A este respeito, sublinhe-se a prioridade

⁶Dankwart Rustow, “Transition to Democracy: Towards a Dynamic Model”, *Comparative Politics*, April 1970, pp.337-363

atribuída às fontes primárias, muito em especial às de arquivo, constituindo muitas delas documentos inéditos.

Uma última nota sobre a componente teórica do trabalho. Apesar de termos optado por incluir no trabalho um primeiro capítulo com um estudo aprofundado das principais escolas da teoria da transição para a democracia não se pretendeu construir um modelo analítico próprio para o caso português. O objectivo foi somente o de identificar um quadro de variáveis para um estudo mais sistematizado do fenómeno da transição do autoritarismo à democracia em Portugal.

4.Estado da questão

Sobre o estado da questão existe uma distinção que importa fazer entre as componentes interna e externa do processo inaugurado a 25 de Abril de 1974.

No primeiro caso, existe já uma bibliografia apreciável, quer nacional, quer estrangeira, que tem vindo mesmo a crescer nos últimos tempos. A primeira obra relevante começou a ser elaborada por Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso ainda em 1974 e acabou por se constituir como uma trilogia dedicada à revolução portuguesa onde se pode encontrar muita informação original dada a relação próxima dos autores com vários dos principais protagonistas militares do período.⁷ Mas o primeiro ensaio histórico sobre o 25 de Abril foi produzido por José Medeiros Ferreira que analisou todo o período pré-constitucional; de resto, este autor aprofundou posteriormente o seu estudo publicando uma obra de referência intitulada sugestivamente *Portugal em Transe*, incluída na História de Portugal dirigida por José Matoso.⁸ Já em 1993, o historiador catalão Josep Sánchez Cervelló levou a cabo uma investigação exaustiva sobre a revolução portuguesa e o seu impacto em Espanha que não obstante o seu carácter quase exclusivamente descritivo oferece uma enorme quantidade de informação trabalhada com todo o rigor científico.⁹ Ainda nesse ano, merece uma referência especial o trabalho desenvolvido pelo historiador António Reis sobre o processo de democratização em Portugal, incluído na obra *Portugal*

⁷São os seguintes os livros publicados por Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso: *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, Moraes Editores, 1974; *Portugal Depois de Abril*, Lisboa, Distribuição, 1976; *Abril nos Quartéis de Novembro*, Lisboa, Bertrand, 1979

⁸José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução de 25 de Abril – O Período Pré-Constitucional*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983; José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe (1974-1985)*, em José Matoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

⁹Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola*, Lisboa., Alísrio e Alvim, 1993

Contemporâneo.¹⁰ Na senda do crescente interesse pela transição à democracia em Portugal no mundo académico internacional, em 1994 e 1995 surgiram mais dois livros merecedores de destaque e ambos de autores norte-americanos, respectivamente de Paul C. Manuel e Kenneth Maxwell, sendo que o segundo aborda não só a questão da descolonização da África portuguesa, como inclui também algumas referências à atitude de Washington face aos principais acontecimentos do período posterior ao derrube do autoritarismo.¹¹ Muito recentemente, surgiram dois importantes estudos históricos sobre a problemática em apreço, concretamente os desenvolvidos por Maria Inácia Rezola e António José Telo, sendo o primeiro consagrado especificamente ao Conselho da Revolução e o segundo compreendendo um período temporal mais vasto, mas contendo uma excelente análise dos principais acontecimentos dos anos 1974-1976.¹² Já em Abril de 2007 foi publicado mais um livro da historiadora Maria Inácia Rezola com uma abordagem original do problema, traduzida no título *25 de Abril. Mitos de Uma Revolução*.¹³

Ainda no âmbito da componente interna da transição portuguesa está publicado um número considerável de memórias e testemunhos dos próprios protagonistas do 25 de Abril sendo que, não obstante o seu carácter parcial e essencialmente justificativo, constituem no conjunto uma boa fonte de informação. Do lado dos actores militares existem várias obras disponíveis e com a vantagem de abarcarem praticamente todas as sensibilidades em jogo: desde a extrema-esquerda, com destaque para as versões de Otelo Saraiva de Carvalho e Dinis de Almeida; ao chamado “Grupo dos Nove” ou “meloantunistas”, cuja interpretação dos factos pode ser vista na entrevista concedida por Melo Antunes a Maria Manuela Cruzeiro ou no livro redigido por José Gomes Mota; passando pelos “gonçalvistas”, traduzidas nas memórias de Vasco Gonçalves; até aos “spínolistas”, com destaque para as obras levadas ao prelo pelo próprio general Spínola ou por Sanches Osório; finalmente, registre-se a entrevista concedida por Costa

¹⁰António Reis, «A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização», em António Reis, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1993, pp.13-62

¹¹Paul C. Manuel, *Uncertain Outcome – The Politics of Portugal’s Transition to Democracy*, Lanham and London, University Press of America, 1994; Kenneth Maxwell, *The Making of Portuguese Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995

¹²Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2003; António José Telo, *História Contemporânea de Portugal*, Vol.1, Lisboa, Editorial Presença, 2007

¹³Maria Inácia Rezola, *25 de Abril. Mitos de Uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007

Gomes a Maria Manuela Cruzeiro.¹⁴ No campo dos actores políticos, os testemunhos publicados abrangem igualmente todo o espectro partidário, destacando-se pela sua importância os de Mário Soares, Álvaro Cunhal, Freitas do Amaral e Marcelo Rebelo de Sousa.¹⁵

Importa ainda referir neste mesmo plano a existência de três obras gerais que constituem outras tantas importantes ferramentas de trabalho sobre a problemática em apreço. A primeira é a cronologia dirigida por Boaventura de Sousa Santos e que abarca todos os acontecimentos mais relevantes entre 1973 e 1976;¹⁶ a segunda é a síntese bibliográfica elaborada por Ronald Chilcote que, apesar de desactualizada, oferece uma boa panorâmica das principais obras publicadas até 1999 sobre a revolução portuguesa;¹⁷ finalmente, a terceira, consiste numa colectânea de alguns dos textos históricos mais significativos produzidos no ano de 1974.¹⁸

Já no caso da dimensão externa do processo de transição para a democracia em Portugal a bibliografia existente é muito reduzida, sendo que no caso específico dos EUA praticamente não existem trabalhos monográficos.

Podem-se encontrar apenas três textos com uma abordagem geral da componente exógena do processo político português inaugurado pelo 25 de Abril. O primeiro consiste num texto de Thomas Bruneau, publicado na revista *Análise Social*, onde se avaliam os apoios e os constrangimentos dos principais actores do mundo ocidental ao estabelecimento da democracia portuguesa. O segundo é um artigo de José Medeiros Ferreira sobre as reacções internacionais à mudança de regime em Lisboa, incluído num livro dirigido por Maria Carrilho. O terceiro, e o mais completo de todos,

¹⁴Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, Ulmeiro, 1977; Dinis de Almeida, *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA*, 2 vols, Lisboa, Ed. Sociais, s.d e *Origens e Evolução do Movimento dos Capitães*, Lisboa, Ed. Sociais, 1977; Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes, O Sonhador Pragmático*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005; José Gomes Mota, *A Resistência, Subsídios para o Estudo da Crise Político-Militar do Verão de 1975*, Lisboa, Edição Jornal Expresso, 1976; Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves, Um General na Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002; António de Spínola, *País sem Rumo. Contributos para a História de uma Revolução*, Lisboa, SCIRE, 1978; Sanches Osório, *O Equívoco do 25 de Abril*, s.l., Intervenção, 1975; Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998

¹⁵Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; Marcelo Rebelo de Sousa, Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, 2 vols., Lisboa, Bertrand, 2000; Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução - Memórias Políticas (1941-1975)*, Lisboa, Bertrand/Nomen, 1995; Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, 2ª edição, Lisboa, Avante, 1994

¹⁶Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução*, Lisboa, Afrontamento, 1997

¹⁷Ronald Chilcote, *A Revolução Portuguesa do 25 de Abril de 1974: Bibliografia Anotada sobre os Antecedentes e Evolução Posterior*, 2vols., Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, 1987 e 1999

¹⁸Orlando Neves, *Textos Históricos da Revolução*, 4 vols., Lisboa, Dom Quixote, 1974

reside no trabalho de António José Telo intitulado «As Relações Internacionais da Transição» e publicado numa obra coordenada por Brandão de Brito.¹⁹

O panorama é idêntico relativamente às obras consagradas ao papel da Europa Ocidental em Portugal entre 1974 e 1976, havendo apenas a registar os textos publicados por Rainer Eisfeld, Francisco Castro e Tilo Wagner, todos limitados ao nível da informação disponibilizada.²⁰

Quanto aos estudos dedicados especificamente as relações luso-americanas no período da transição democrática portuguesa, o único trabalho monográfico a registar é da autoria de Tiago Moreira de Sá que com base nas fontes diplomáticas existentes nos *National Archives* procurou avaliar a importância da acção de Washington para o resultado final da revolução de Abril.²¹ A este respeito merece também ser sublinhado o artigo publicado pelo jornalista e investigador americano, Tad Szulc, na revista *Foreign Policy*, com o título sugestivo de «Lisbon & Washington: Behind the Portuguese Revolution», mas que apesar da excelente capacidade de recolha de informação do autor junto das autoridades de Washington está limitado pelo facto de ter sido elaborado ainda em 1975, ou seja, antes do final do próprio processo revolucionário.²² Importa não esquecer os testemunhos entretanto tornados públicos pelos embaixadores Frank Carlucci e João Hall Themido, tendo o primeiro estado em funções em Lisboa entre 1975 e 1977 e o segundo em Washington entre 1971 e 1981.²³ Finalmente, muito recentemente foi levada ao prelo a investigação de doutoramento de Witney Schneidman consagrada à política dos EUA para a descolonização portuguesa e com uma excelente selecção de fontes primárias.²⁴

¹⁹Thomas C. Bruneau, «As Dimensões Internacionais da Revolução Portuguesa: Apoios e Constrangimentos no Estabelecimento da Democracia», *Análise Social*, nº18, 72/73/74, 1982; José Medeiros Ferreira, «A Mudança de Regime e as Reacções Internacionais», Maria Carrilho, *Democracia e Defesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1994; António José Telo, «As Relações Internacionais da Transição», em J.M.Brandão de Brito (coord.), *Revolução e Democracia – Do Marcelismo ao fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999

²⁰Rainer Eisfeld, «Influências Externas sobre a Revolução Portuguesa: o Papel da Europa Ocidental», em Eduardo Sousa Ferreira e Walter C. Opello Jr., *Conflitos e Mudanças em Portugal: 1974-1984*, Lisboa, Teorema, 1985; Francisco Castro, «A CEE e o PREC», *Penélope*, nº26, 2002; Tilo Wagner, «Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos», *Relações Internacionais*, nº11, Setembro 2006

²¹Tiago Moreira de Sá, *Os Americanos na Revolução Portuguesa*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004

²²Tad Szulc, «Lisbon & Washington: Behind the Portuguese Revolution», *Foreign Policy*, nº21, New York, 1975-76

²³Frank Carlucci, «The View from U.S. Embassy», Hans Binnendijk (ed.), *Authoritarian Regimes in Transition*, Washington DC, U.S Department of State, Foreign Service Institute, Center for the Study of Foreign Affairs, 1987; João Hall Themido, *Dez Anos em Washington: 1971-1981*, Lisboa, Dom Quixote, 2ª edição, 1995

²⁴Witney W. Schneidman, *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna da História, 2005

5. Notas sobre fontes e bibliografia

A investigação assenta prioritariamente em fontes primárias, muito em especial em fontes de arquivo, constituindo muitas delas documentos inéditos.

A maioria desta documentação encontra-se disponível na *Ford Library* e nos *National Archives* e compreende uma alargada variedade de documentos que vão desde a correspondência trocada entre o Departamento de Estado e as Embaixadas americanas na Europa, com relevo óbvio para a sedeada em Lisboa, aos memorandos das conversas entre o Presidente dos Estados Unidos, o Secretário de Estado e o *National Security Advisor*, passando pelos memorandos dos encontros entre dirigentes norte-americanos, portugueses e europeus, até aos documentos internos dos vários departamentos da Administração Nixon e Ford, às actas dos encontros do Secretário de Estado e os relatos das suas conversas telefónicas, aos documentos do *National Security Council* e dos serviços secretos.

Ainda relativamente às fontes diplomáticas americana importa referir que obtivemos a desclassificação de alguns documentos ainda secretos na sequência dos pedidos feitos ao abrigo do *Freedom of Information Act*. Do seu conjunto, destacam-se os telegramas trocados pelo Embaixador Frank Carlucci e Henry Kissinger ao longo do ano de 1976. Já os insistentes pedidos feitos à *Central Intelligence Agency* foram recusados alegando motivos de segurança nacional.

Finalmente, a este mesmo respeito, conseguimos aceder ao arquivo pessoal de Alan Lukens, à época responsável pelos Assuntos Ibéricos do Departamento de Estado, contando-se entre as fontes em sua posse o relatório elaborado após a chamada “missão Lukens”, a integralidade da conversa entre Henry Kissinger, Costa Gomes e Mário Soares por ocasião da visita dos dirigentes portugueses a Washington e ainda a correspondência trocada com Stuart Nash Scott e Frank Carlucci por ocasião da substituição da equipa da Embaixada dos EUA em Portugal, sendo que todos estes documentos estão ainda classificados.

Em Portugal, consultámos as fontes existentes no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente os telegramas trocados entre a Embaixada portuguesa em Washington e o ministério, bem como alguns documentos internos deste último, sendo que todos estes documentos foram trabalhados pela primeira vez dado que se encontravam classificados e foram disponibilizados na sequência do nosso pedido.

Outro suporte do nosso trabalho foram as fontes impressas americanas que estão disponíveis para consulta na *Library of Congress* e que são constituídas na sua maioria pela transcrição das audiências levadas a cabo nas diversas comissões e subcomissões do Senado e da Câmara dos Representantes. Porém, nelas se incluem ainda importantes relatórios elaborados por congressistas e senadores na sequência de visitas a Portugal, como foram os casos de Mike Mansfield, Claiborne Pell e George McGovern, bem como as discussões para a aprovação de ajuda económica a Lisboa nos orçamentos federais de 1975, 1976 e 1977. Não menos relevantes, neste âmbito, são as colectâneas de textos, discursos, cartas e relatórios do Presidente dos EUA e do Secretário de Estado que podem ser encontrados em três publicações distintas, como sejam: os *Public Papers of the Presidents of the United States*, os *Annual Reports to the Congress on United States Foreign Policy for the 1970's* e o *Department of State Bulletin*.

A imprensa portuguesa e americana constituiu igualmente uma fonte de informação abundante, sendo interessante notar que a partir sobretudo do 11 de Março de 1975 a transição democrática em Portugal ocupou numa base quase diária a primeira página dos principais jornais publicados nos Estados Unidos, nomeadamente o *The New York Times* e o *Washington Post*, e em revista como a *Time*. Os portugueses *Expresso* e *O Jornal* foram as publicações periódicas nacionais consultadas.

Também as memórias e os testemunhos de vários protagonistas dos acontecimentos do processo político português inaugurado pelo 25 de Abril de 1974 assumiram um papel fundamental ao longo da investigação. Assim, para além dos já referidos relatos pessoais dos militares e políticos portugueses, bem como dos embaixadores Frank Carlucci e João Hall Themido, compete destacar os livros de memórias dos estadistas europeus do período, como Willy Brandt, Helmut Schmidt, James Callaghan e Harold Wilson, e a breve referência feita ao caso português na trilogia publicada por Henry Kissinger sobre os seus anos na Casa Branca.

Importa ainda sublinhar o extenso trabalho de história oral desenvolvido, tendo-se entrevistados diversos protagonistas da época, quer portugueses, quer norte-americanos. A título de exemplo, refiram-se as entrevistas realizadas a praticamente toda a equipa da embaixada liderada por Frank Carlucci, incluindo obviamente o próprio, também ao *Deputy Chief of Mission* do período do Embaixador Stuart Nash Scottt, Richard Post, e ainda aos dirigentes dos principais partidos políticos portugueses.

Finalmente, cabe dizer que todos os materiais utilizados ao longo da presente investigação estão à disposição dos investigadores na biblioteca do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (IPRI-UNL), sendo assim possível confrontar as conclusões extraídas da sua análise comparada.

6. Estrutura do trabalho

O trabalho foi dividido em oito capítulos.

No primeiro, iremos analisar as principais escolas teóricas dos processos de transição para a democracia com o objectivo exclusivo de identificar um quadro de variáveis que permita uma melhor sistematização da problemática em estudo, não se devendo por isso esperar encontrar um modelo teórico aplicável ao caso português.

No segundo, examinamos o contexto internacional dos anos 1974 e 1976 com o intuito de compreender a mudança de regime em Portugal no quadro mais vasto da “guerra fria”, nomeadamente na sua fase conhecida por *détente* que dominou o período em apreço.

No capítulo seguinte vamos abordar as relações entre Portugal e os Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial até ao 25 de Abril pois, embora a mudança de regime se tenha processado através de uma *ruptura* com o passado, o que minimiza o alcance do contexto anterior, parece-nos importante avaliar o estado do relacionamento luso-americano numa perspectiva histórica mais vasta.

No quarto capítulo procuramos compreender a atitude norte-americana ao longo da primeira fase da transição portuguesa, que vai do golpe de Estado militar até ao 28 de Setembro de 1974, analisando a forma como os decisores políticos de Washington responderam às informações de alcance contrário provenientes de Lisboa, isto é, por um lado, a existência de novos protagonistas nos principais centros de poder – Presidência de República, Junta de Salvação Nacional, Primeiro-Ministro – aceitáveis para o Ocidente, e, por outro lado, a inclusão de dois elementos do Partido Comunista Português no Governo de um Estado membro da NATO.

A quinta parte do trabalho é consagrada à abordagem da reacção dos Estados Unidos no âmbito da primeira viragem à esquerda na revolução portuguesa no período compreendido entre o 28 de Setembro de 1974 e do 11 de Março de 1975. Vamos procurar entender como a Administração Ford reagiu à demissão de Spínola da Presidência da República e ao afastamento quase completo dos “spinolistas” do processo político muito devido a mobilização popular organizada pelo PCP e a

Intersindical no contexto da manifestação da “maioria silenciosa” e que foi decisiva para o fracasso daquela iniciativa destinada a reforçar o poder do general.

O sexto capítulo versa sobre os efeitos do 11 de Março e do subsequente «avanço impetuoso da revolução» na política dos EUA para Portugal, analisando-se as consequências do avanço das nacionalizações, do início da reforma agrária, do afastamento dos “moderados” dos centros de decisão político-militar e mesmo da prisão de diversos elementos considerados “contra-revolucionários” ao nível do Departamento de Estado, dominado pelo pessimismo de Henry Kissinger, e também da Embaixada americana, liderada por Frank Carlucci.

O penúltimo capítulo é o do “Verão Quente” e do início do refluxo do processo revolucionário importando perceber qual o contributo dado pela Administração Ford para o avanço neste período das forças que se opunham aos intentos hegemónicos da aliança PCP-“gonçalvistas” que conduziu à queda de Vasco Gonçalves, num primeiro momento, e ao afastamento deste, dos seus apoiantes e da extrema-esquerda político-militar após o confronto militar de 25 de Novembro de 1975, ganho pelas forças “moderadas” internas de entre as quais se destacou o chamado “Grupo dos Nove”.

Finalmente, o último capítulo corresponde ao fim do período revolucionário e ao início da institucionalização da democracia portuguesa, importando avaliar qual o papel desempenhado pelos EUA na obtenção deste resultado final do processo de transição para a democracia em Portugal.